



**CONGRESSO /** Além de pagar R\$ 400, governo busca estender o programa a famílias pobres a partir de 2023, mas esbarra na ausência de uma receita fixa. PEC dos Precatórios enfrentará muito debate na CCJ do Senado

# Auxílio permanente, mas ainda sem recurso

» ROSANA HESSEL

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senadores Izalci Lucas (PSDB-DF) e Fernando Bezerra (MDB-PE) em plenário: cresce a possibilidade de fatiamento da PEC

Apesar de uma ala de senadores defender a retirada das dívidas judiciais do teto de gastos em um substitutivo à PEC dos Precatórios (PEC 23/2021) aprovada pela Câmara dos Deputados, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator da matéria que tramita no Senado Federal, pretende manter as dívidas judiciais dentro da regra constitucional que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior. Ele também prevê transformar o novo auxílio de R\$ 400 em permanente.

“Estamos aguardando posição (do Ministério) da Economia, mas acho que deveremos avançar nesta direção!”, disse Bezerra, em entrevista ao **Correio**, ao falar da possibilidade do auxílio ser permanente. O senador tem feito reuniões com os líderes e contou que pretende concluir o texto do relatório hoje, mas evitou comentar sobre o risco de faticamento da proposta que vem sendo cogitado entre os parlamentares. “Devemos acolher algumas sugestões e vamos para o voto! Estamos confiantes que poderemos construir um entendimento mais amplo!”, afirmou o relator da PEC 23/2021.

Em relação ao substitutivo proposto pelos senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE), José Aníbal (PSDB-SP), e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que altera o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, que retira os precatórios do limite do teto de gastos e prevê um auxílio permanente, Bezerra defendeu um texto comum entre as duas Casas. “Nenhuma pode impor a vontade para a outra casa! Diferente da tramitação de projetos de lei ou de medidas provisórias”, disse o líder do governo no Senado.

A expectativa é de que a PEC comece a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado, amanhã. Mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), admitiu que a matéria só deverá ir para o plenário na semana que vem. Pacheco também tem apoiado a ideia de um auxílio de R\$ 400 permanente, mas essa possibilidade esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) devido à falta de uma fonte de receita correspondente.

## Três perguntas para

**SAMUEL PESSOA, economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre)**

### Há alguma coisa boa na PEC dos Precatórios?

A única coisa boa da PEC dos Precatórios é que tem um limite para o estrago de R\$ 100 bilhões, 1,2% ou 1,3% do PIB. Ela é um horror. É muito ruim. Seria melhor criar um gasto extra teto por outro instrumento, mas ela tem um orçamento. Se ela tramitar rápido, as coisas se acalmam mais rápido. Mas eu acho péssima.

### E o que é pior nessa PEC?

A sinalização da

inssegurança jurídica e a mudança arbitrária do indexador do teto de gastos. Não faz nenhum sentido.

### Como avalia a proposta de retirar os precatórios do teto de gastos, em discussão no Senado?

Acho melhor, mas é arbitrário também. Apesar de não ser a solução que eu prefiro, resolve o ano que vem. E a gente discute o futuro no futuro. Esse governo não tem mais de tocar a agenda de longo prazo do país.

## Espaço fiscal

Uma das principais mudanças na PEC dos Precatórios feita pela

Câmara foi a antecipação da mudança no indexador do teto de gastos, prevista para 2026, e vem sendo criticada por senadores da

base aliada e da oposição, assim como por especialistas em contas públicas.

Conforme os novos cálculos apresentados ontem aos senadores pelo secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, o espaço fiscal no Orçamento de 2022 com a aprovação da PEC passou de R\$ 91,6 bilhões para R\$ 106,1 bilhões, devido à atualização na projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, de 8,7% para 9,7%. Desse montante, R\$ 62,2 bilhões são referentes à mudança na metodologia de cálculo do teto de gastos. Colnago prevê R\$ 51,1 bilhões para o novo Bolsa Família além dos R\$ 34,7 bilhões já previstos na peça orçamentária.

Analistas apostam em um faticamento da PEC dos Precatórios no plenário do Senado, porque há muita resistência para aprovar o texto enviado pela Câmara. “Acho que a PEC deve passar na quarta (na CCJ), mas devem faticar no plenário. Pelo que vimos há muitas resistências

ainda”, avaliou o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito.

Durante a audiência pública do Senado sobre a PEC, realizada ontem, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), disse que as conversas apontam para um faticamento dessa matéria. “A vantagem desse faticamento permitiria o pagamento da primeira parcela de R\$ 400 do Auxílio Brasil antes do Natal”, afirmou o parlamentar tucano.

Um dos autores do substitutivo, Oriovisto Guimarães, defendeu durante a audiência, a mudança na proposta da Câmara e o auxílio permanente. “Não podemos aceitar as emendas de relator; não podemos aceitar o calote nos precatórios; também é inaceitável mexer na regra do teto de gastos; e por último, queremos um programa permanente e não um programa eleitoral”, afirmou o senador durante o discurso.

De acordo com o economista Leonardo Ribeiro, especialista

em contas públicas e consultor no Senado, como não há espaço fiscal para um auxílio permanente, ele poderá ser criado sem uma receita correspondente se houver essa previsão na PEC. “O texto constitucional precisará prever que o cumprimento da LRF será dispensado da compensação, como ocorreu no Orçamento de Guerra durante a pandemia”, explicou. Contudo, ele não concorda com essa possibilidade, porque ela gera mais incerteza. “O mercado é contra o descontrole das despesas do Orçamento sem remanejamento de despesa e sem indicar para onde vão as contas públicas nos próximos anos”, destacou.

## Dívida impagável

Durante o debate, senadores e especialistas defendem uma discussão mais aprofundada dos estragos que um calote nas dívidas judiciais poderá provocar na dívida pública. O economista Ricardo Volpe, especialista em Orçamento e consultor da Câmara, mais da metade das dívidas judiciais que o governo quer dar calote podem chegar a R\$ 1 trilhão em 2030, ano em que termina a vigência da regra do teto devido ao acúmulo dos precatórios que não serão pagos ao longo dos anos.

“Essa dívida poderá desaguar no Orçamento de uma forma impagável no futuro”, alertou Volpe. Segundo ele, a mudança na regra de correção do teto de gastos, trocando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro a dezembro em vez do IPCA de julho a junho do ano anterior vai dificultar o planejamento orçamentário.

Pelos cálculos de Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), a dívida pública já está crescendo por conta das incertezas geradas pela PEC dos Precatórios, que inclui o descumprimento de regras fiscais, apesar de integrantes do governo tentarem dizer o contrário.

Salto prevê que será necessário um superávit primário de cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, de mais de R\$ 400 bilhões, para o governo conseguir interromper a trajetória de forte avanço da dívida pública se a PEC for aprovada.

## Campello: “Um pastel de vento”

A PEC dos Precatórios vem sendo defendida pelo governo com o discurso de que ela abrirá espaço para o novo programa social, o Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família. Contudo, analistas criticam a proposta do Poder Executivo e a classificam como eleitoreira, uma vez que o espaço fiscal que a PEC dos Precatórios está criando é muito maior do que o previsto com o auxílio de R\$ 400 previsto para ser pago para 17 milhões de famílias até dezembro de 2022. Além disso, alertam para a falta de preocupação do Palácio do Planalto com as famílias que deixaram de receber o auxílio emergencial a partir deste mês e estão sem perspectiva de uma renda mínima para ajudar na sobrevivência.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, chama os R\$ 89,1 bilhões de precatórios que

precisam ser pagos no ano que vem de “meteoro”, mas especialistas garantem que, se houvesse planejamento sério, esse valor bem acima dos R\$ 55 bilhões previstos para essa rubrica neste ano poderia ter sido evitado. Além disso, destacam que os principais credores desses precatórios são os mais vulneráveis.

Conforme dados apresentados pelo economista Ricardo Volpe, consultor de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, aposentadorias, benefícios sociais e ações trabalhistas de servidores são predominantes entre os precatórios devidos pela União. Considerando a dívida com precatórios deste ano, de R\$ 55 bilhões, Volpe contou que R\$ 22 bilhões, são dívidas previdenciárias, em grande parte, pensões por invalidez, R\$ 10

bilhões são precatórios devidos a servidores e R\$ 2,5 bilhões são precatórios com auxílios sociais, BPC e LOAS. Os demais precatórios somam R\$ 20 bilhões.

“A maior deficiência na questão dos precatórios está relacionada à Previdência e à assistência social, que são benefícios para as populações mais vulneráveis”, alertou Volpe durante audiência pública, ontem, no Senado. Segundo ele, esse quadro mostra que a eficácia do governo é pequena, porque “alguns direitos não estão sendo concedidos”.

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Dilma Rousseff (PT), Teresa Campello, fez um alerta aos senadores sobre as 29,4 milhões de famílias que deixaram de receber auxílio emergencial e não serão contempladas pelo novo Bolsa Família. A econo-

Reprodução



**Aplicativo fornece informações sobre o novo programa social: esperança para milhões**

Esteves Colnago, que a nova previsão para o novo Bolsa Família é de R\$ 51,1 bilhões, praticamente a metade dos R\$ 106,1 bilhões previstos como espaço fiscal previsto com a PEC após a atualização da previsão de inflação deste ano de 8,7% para 9,7%.

Outros R\$ 33,2 bilhões estão previstos para a atualização das despesas com benefícios previdenciários com a correção do salário mínimo e R\$ 5,3 bilhões previstos para a prorrogação da desoneração da folha. Na projeção após o desconto de outras despesas com Saúde, emendas parlamentares e demais Poderes, há uma sobra de R\$ 1,1 bilhão que não inclui o auxílio gás sancionado, ontem, pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). (RH)

mista não poupou críticas ao Auxílio Brasil e disse que o programa foi muito mal desenhado.

“O Auxílio Brasil é um pastel de vento”, frisou. Conforme os dados apresentados pela ex-ministra, no Distrito Federal, o número de beneficiários cai de 500 mil famílias para 91 mil, e, em São Paulo, 5,6 milhões de famílias deixarão de receber auxílio emergencial e não estão contempladas

no novo programa, que não tem uma migração clara. “Esse é um problema que precisa ser discutido”, defendeu, sugerindo a prorrogação do auxílio emergencial por mais quatro meses para que, nesse período, o governo faça um mapeamento das famílias que vão precisar do novo benefício.

De acordo com dados do secretário especial do Tesouro e Orçamento da Economia,